

ÁREA DE TIRO

Cuidado com o pacote

Brasil
Maurício Cibulares

Começam a vir a público as primeiras informações sobre o novo "pacote" econômico que estaria em gestação na área das autoridades monetárias. A parte principal, que se refere ao corte nos subsídios e nos gastos das estatais, é mansa e pacífica. Deve sair mesmo, e nenhuma polêmica maior se travará em torno disto, salvo no âmbito do próprio Executivo Federal.

Outras coisas, dentre as que estão sendo faladas, merecem alguns raparos.

Seria tolice atacar os juros diretamente. Todos já sabemos que o problema dos juros não se resolve diretamente, mas sim através de medidas de causa e não sobre os efeitos.

É boa a idéia de liberalizar os limites quantitativos de crédito. Se alguém está com medo de um excessivo crescimento dos financiamentos, basta tão-somente deixar livres as aplicações feitas junto ao setor privado da economia, mantendo a limitação para o crédito às estatais e tudo o mais quanto dependa do Governo. Não é razoável que a incapacidade do Governo em controlar os seus próprios gastos acabe por criar obstáculos ao crédito ao setor privado. Se o Governo precisa limitar o crédito a ele mesmo, que o faça, mas que libere o volume de crédito às empresas privadas. Assim, o justo não pagará pelo pecador.

Idéia profundamente infeliz é aquela que cogitação de "expurgar" o INPC disto ou daquilo. Tal decisão, se aprovada pelo Presidente Figueiredo, no que não creio, inquietaria a área do trabalho, e muito justamente. Falar em "compenساções" deste ou daquele tipo, resultantes do tal "expurgo" em todas as pontas por ele atingidas, é sofisma primário. Se o INPC não for integral, e muito bem calculado, perde-se ainda mais a credibilidade, no caso representada por uma recente promessa formal do Governo.

Se tal medida tivesse de passar pelo Congresso Nacional, nele não seria aprovada. Aliás, ela transformaria o acordo PDS/PTB em uma farsa. Na prática, anularia tudo quanto foi combinado e do que, até agora, resultaram reajustes de salários, até o limite de 7 salários mínimos, segundo o INPC integral. Integral e correto, sem "expurgo", que é a palavra delicada para encobrir o feio ato da "manipulação".

Não posso acreditar que a "troika" que dirige a economia pense em anular, com a mão esquerda, aquilo que foi assinado com a mão direita, por ordem expressa do Presidente. Mas, se o fizer, cabe ao Presidente impedir uma manobra de tal tipo, que teria as mais graves consequências.

A idéia de limitar o volume de títulos públicos em circulação é ótima, e a defendo há muito tempo. Trabalha, certamente, em favor da redução geral dos custos do dinheiro. Mas a idéia de, de alguma forma, tabelar os rendimentos de quaisquer papéis, é a pior possível.

No momento, o Brasil não desfruta da confiança da finança internacional. Se o Governo abalar a captação da poupança interna, vamos ficar falando para a parede. Nestes casos, não adianta nada acender uma vela a Deus e outra ao Diabo.

Por princípio, sou completamente contrário a todos esses "pacotes" traumáticos, anunciados com a carga de uma novela mexicana de péssima qualidade. Entendo que as decisões têm de fluir naturalmente, sem "suspense", e sem esses "blocos" que, antes de sua edição, já conseguem paralisar a economia, por força das expectativas em geral.

Sobretudo, é decisivo que não se agrave a imprensa, interna e internacional, de que ninguém mais no Brasil sabe o que está fazendo. Essa sucessão de "pacotes" claramente contraditória, mostra insegurança e gera intranqüilidade. Insegurança e intranqüilidade são maus condimentos para cozinar-se emprego e paz social.

Chega de "demonstrações" para o FMI. Cada vez que fazem uma dessas "demonstrações", sofremos no plano interno sem qualquer vantagem. Porque o FMI e os banqueiros não têm nenhuma razão ponderável para acreditar que o próximo "pacote" seria mais bem cumprido do que os que antecederam, e que acabarão em água de barreira.